

Senador, sua tendência para polemizar é famosa. Isso é uma questão de temperamento ou por que proporciona vantagens políticas?

— Quando não há polémica, a política deixa de ser democrática. Na medida em que se dialoga com franqueza, as soluções aparecem com maior rapidez, do que quando se fica em conversas intermináveis. Tais conversas podem render notícias, mas nunca dão resultado. Eu dialogo sempre com franqueza...

... e muita aspereza.

— Mas o tempo conserta as pessoas e hoje eu me julgo menos áspero do que tantos políticos que vejo agora no Congresso. Reconheço que carrego a fama de asperezas antigas, das quais não me arrependo, porque me fez abrir um caminho, me deu um estilo e certa projeção. Não faço nada, porém, por imitação de quem quer que seja. E acho que não foi inútil ter sido assim, por mim mesmo e por meu estado, que considero a razão de minha vida política.

E como vai sua candidatura à presidência do Senado?

— Já fui governador da Bahia três vezes; deputado federal também três vezes, prefeito de minha cidade (Salvador), deputado estadual, ministro de Estado, presidente da Eletrobrás. Cada pessoa tem seu projeto de vida. Enquanto outros querem ser governador, ministro, eu aspiro à presidência do Senado. São legítimas todas estas vontades. Encaro isso com espírito democrático. Espero que me consagrem, em primeiro lugar, no meu partido. Depois, pretendo conquistar o apoio de outras forças e espero ter o da oposição. Mas, nesse jogo político, vocês vão encontrar muitas verdades e muita coisa que não é, só para tumultuar o processo. De minha parte, estou prudente, para não deixar que ele se tumultue. É um jogo de paciência. Se quero jogá-lo, tenho de me conformar com suas regras, estabelecidas nessa casa.

Acha que vai haver acertos de bancadas ou se baterá chapa no plenário?

— O ideal é que haja composição. Eu vou procurá-la. Uma composição que não exclua nomes.

Deve haver um esquema de sustentação, do governo à disputa no Senado?

— Acredito que não. E na medida em que se queira disputar aqui, também há possibilidade de haver o mesmo na outra casa do Congresso. São riscos que as duas casas legislativas correm. Não acredito, porém, que isso aconteça. As forças políticas colocadas nesse mosaico, se não tiverem paciência, perdem a batalha no primeiro dia.

O presidente Fernando Henrique Cardoso faz alguma restrição à sua candidatura?

— Não acredito, como também não acredito em restrição a qualquer nome que o apoie. Creio até que ele tenha simpatia por minha candidatura assim como pela dos outros aspirantes à presidência. O presidente FHC quer na direção do Senado alguém que seja seu amigo e companheiro, mas também independente, porque esta casa não pode ser uma sucursal do Palácio do Planalto.

Sua plataforma é favorável à recuperação das

prerrogativas do Congresso?

— Todas as vezes que o Senado tiver de perder ou tenha perdido qualquer prerrogativa, entendo que devamos negociar para recuperá-la. Quando, porém, for necessário, isso se fará pelo voto, contanto que o Senado não perca as características de sustentáculo da democracia no Brasil.

E a questão das medidas provisórias? Devem acabar?

— O presidente FHC teve reunião com diversos senadores: o presidente José Sarney, do Senado, o líder Jader Barbalho, eu, o senador Elcio Alvares (líder do Governo), o senador Hugo Napoleão e mais seis ou sete senadores. Ficou resolvido que faríamos um estudo sobre o assunto, para chegar a um meio termo, para que nem o Executivo opusesse embargo nem o Legislativo restrição ao seu direito de legislar. Mas medidas provisórias, editadas 88 vezes, não são nada provisórias, e, sim, permanentes. O Executivo tem culpa disso? Tem. E o legislativo? Também tem. Se tivermos um prazo razoável para votar, rejeitando ou aprovando, por que não o fazemos?

E a reeleição de presidente da República?

— Sempre fui favorável à reeleição. Não se pode impedir que um presidente seja julgado pelo povo. Esse direito existe em todos os países, não apenas nos Estados Unidos, como nos de mandatos presidenciais longos: França e Portugal.

Mas se diz que se houver reeleição agora isso é casuismo. Defende-se reeleição só para o próximo presidente. Muitos prefeitos recém-eleitos querem para já.

— Sempre haverá esse problema. Acho oportu-

no aprovar a reeleição agora. O presidente FHC devia dizer isso com clareza. Mas tem uma coisa: dar-lhe o direito de reeleição não quer dizer que ele será eleito. Sua eleição dependerá de como o Brasil estiver em 1998.

É favorável à reeleição nos três níveis: federação, estados e municípios?

— Pode ser que o Senado modifique a emenda, mas sou favorável à reeleição nesses três níveis. Normalmente, em emenda constitucional seria difícil discriminar entre os níveis. Não significa, porém, que não considere necessárias medidas para impedir que nos estados e municípios se utilize a força do cargo para garantir as reeleições. Devemos reconhecer, no entanto, que tais abusos ocorrem por culpa da lentidão da Justiça, inclusive no combate à corrupção. Nós, também, legisladores, temos de aumentar nossa eficiência na elaboração legal.

Não haverá problemas em tratar, ao mesmo tempo, da reeleição presidencial e da eleição dos novos presidentes das casas legislativas?

— Não creio. No Senado, a eleição se dará em fevereiro. No Congresso, a reeleição deve ser resolvida em janeiro.

E a eleição na Câmara, por praxe, deve resolver-se antes... O que pode lhe dar certa segurança...

— De certa forma, sim.

Quanto à reeleição presidencial, se diz que a adoção desse princípio, nas prefeituras e nos estados, poderá contribuir para a formação de verdadeiras satrapias no Brasil... Isso não é preocupante?

— Tais preocupações são verdadeiras. Absurdos sempre existem, sobretudo nos chamados gro-tões. É só ver alguns processos de tribunais de contas nos estados ou do Tribunal de Contas da União. Até mesmo por falta de instrução e de preparo, muitos prefeitos dão origem a tais problemas. O fato é que existem irregularidades e abusos. Por isso entendo que, aprovada a reeleição em todos os níveis, serão necessárias leis complementares, para impedir abusos. Do contrário, teremos a democracia dentro da Constituição, mas não na prática. Só que não se pode abdicar de princípios porque alguns estados ou municípios maculam a vida pública do País.

Senador, o Governo tem programa de estímulo à demissão de servidores e isto aumenta o desemprego. Por que não criar um programa de empregos?

— A modernização da máquina administrativa é fenômeno mundial e cria desemprego porque se procura enxugar a administração. Mas não significa isso que a modernização seja criminosa, porque, se promovesse apenas a demissão de trabalhadores, provocaria a morte de muitos deles. Então, compete-lhe também buscar a recuperação de empregos, nos países que se modernizam, através de novos investimentos. Isso o Governo vem começando a fazer, mas não no ritmo que devia, porque parece intimidado e não conseguiu ainda criar os mecanismos capazes de absorver essa mão de obra liberada...

Na Bahia, quando o senhor foi governador, também houve demissões para enxugamento da máquina?

ACM

DESESPERO PODE LEVAR POVO A REPUDIAR DEMOCRACIA

— O administrador competente não demite. Também não aumenta os quadros desnecessariamente. Só na medida necessária, para propiciar a renovação de quadros. Agora, nestes quadros sempre existem os que não trabalham. Se o administrador obrigar os que assim agem a trabalhar, eles acabam saindo voluntariamente. O governo FHC está no bom caminho. Mas é mais tímido na política de criar empregos do que em extingui-los.

Como se explica isso?

— É que os recursos para investimentos só vêm para o Brasil quando a credibilidade estiver totalmente recuperada no País...

E não há credibilidade?

— Há muita credibilidade no presidente FHC, mas ainda não o suficiente para fazer com que o Brasil possa competir com outros países. Repito: FHC está no caminho certo.

Senador, as pequenas e médias empresas se queixam de que lhes falta estímulo para se firmarem e criarem mais empregos...

— Elas criam, mesmo, mais empregos, mas ainda é a economia informal que mantém o país ativo. Para isso, porém, são necessários mecanismos que o País por ora não tem. E o Governo, por sua vez, não se preparou para isso...

Senador: o controle de câmbio e os juros altos são as verdadeiras âncoras do Plano Real, mas aumentam as dificuldades por que passam muitos setores, além de inibirem os investimentos e as exportações. Como vê tais problemas?

— Estes dois pontos são verdadeiros. Os economistas, os criadores do Plano Real, que, inegavelmente, foi um sucesso, também cometem erros e a política de combate à inflação tem gerado sacrifícios. Essas duas âncoras deviam ser provisórias mas estão-se tornando permanentes de mais. Houve, a meu ver, outro erro inicial — que o povo esqueceu, pois esquece com rapidez, sobretudo na área econômica: eles colocaram a taxa do dólar tão abaixo do real — a 83 centavos da nossa moeda — que isso criou prejuízos enormes. Agora, no entanto, estão corrigindo isso. Mas, somando-se a esse fato a questão dos juros altos, inviabilizaram-se os investimentos. Ninguém investe internamente com essa taxa. Externamente, só se investe para fazer especulação. Daí estarem prometendo, e fazendo, a queda de juros, só que isso ocorre lentamente. Não sou economista e não me sinto em condições de debater tal assunto. Tenho amigos capazes de fazer e de mostrar o que se pode fazer, como os ex-ministros Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen. Se eu fosse presidente, os dois seriam meus conselheiros permanentes. Trabalhariam comigo, abertamente. Já está, na minha ótica, um pouco do erro do Governo. Isso é muito comum. Ninguém acha que possa haver divergência e que deva ouvir as vozes divergentes. Mas acho que FHC só não faz isso para evitar que a área econômica entre pânico. Diriam que seria um desprestígio, que o ministro tal vai cair, que o Bando Central vai mudar etc. Mas, conhecendo os defeitos e as qualidades de Delfim e dos outros, sendo tão democrático esse trabalho, FHC deveria ouvi-los regularmente, pois teria como avaliar as idéias de cada qual, de modo preciso.

O PSDB, partido pequenino, elegeu o presidente da República. Houve agora eleições e ele

até cresceu, mas não quanto queria. Aprovada a reeleição de FHC e com a perspectiva clara de governar por mais seis anos, será que o PSDB não atropelará seus parceiros? Com que meios o PFL e o PMDB (hoje mais frágil) vão enfrentar o PSDB?

— Quem aceita ser entrevistado tem o dever de ser verdadeiro. Ou então não aceite a entrevista. Esse receio realmente existe. Essa é uma preocupação da parte dos que vão votar a reeleição de FHC. Temos grande confiabilidade nele, mas que passa, também, por tal desconfiança. O que vai acontecer amanhã, depois que ele tiver esse poder todo e se reunir com seu pessoal? FHC é uma pessoa agradável, um homem de enorme capacidade de ouvir. Parece incoerência quanto ao que falei sobre os economistas, mas é que ele não faz isso na área econômica para evitar os problemas de que falei. O receio em relação ao PSDB existe, mas há, nesse partido, pessoas que têm peso político. O Tasso Jereissati, por exemplo. E FHC, que tem inegável prestígio político e é homem de grande credibilidade. Mas também não vejo como os outros partidos possam intimidar-se com o PSDB. Além disso, não será do interesse do presidente manter uma guerra com os demais partidos, porque ele também não ganhou a eleição. A tese entra na Constituição, para haver a possibilidade de sua eleição, e ele sabe que esses partidos também são aguerridos e têm suas forças não só nos locais de seus líderes mas também para convencimento nacional. Daí, ele será sempre, enquanto estiver na presidência da República e mesmo dela afastado, o principal líder do PSDB. Comandar, sempre que queira, seu partido, sendo, pois, o responsável pelos erros ou acertos dessa agremiação. Não adianta fugir de uma coisa ou de outra. Elas sempre estarão sob sua responsabilidade. Ele terá a responsabilidade, no caso, de ser fiador, com as consequências que todo fiador tem, do cumprimento da sua palavra. De minha parte, e, creio, de meu partido, não acreditamos piamente que ele vai cumpri-la. Entretanto, se, por uma falha qualquer, isso não vier a acontecer, nós teríamos como fazer a reação.

Como imagina que seja o cenário da eleição presidencial de 98? O PT, com candidato; Paulo Maluf se lançando já candidato; o sr. Itamar Franco pintando também com sua possível candidatura...

— ...Eu não vejo Itamar como candidato. O ex-presidente Sarney, segundo as pesquisas, aparece muito, mas muito à frente de Itamar...

Então Sarney é outro candidato...

— Teria muito mais possibilidades do que Itamar. Mas, se a política econômica de FHC der certo, ele será imbatível. Se não der certo, aí vamos ver quem será o adversário dele. Se Lula ou um petista novo, como Tarso Genro, que não carregue os ônus que Lula, justa ou injustamente, carrega. Não estou fazendo juízo de valor contra Lula, mas poderá ser outro petista, capaz de empolgar; ou Maluf, se perceber que FHC não tem chance. Maluf é inteligente para ver se FHC tem possibilidades, hipótese em que disputará o governo de São Paulo, estado no qual tem, hoje, posição invejável.

Em sua argumentação, foi dito que o Presi-

dente dependerá da situação econômica, para eleger-se em 1998. Mas, a seu ver, ele ouve apenas a equipe que o cerca e, por isso, comete erros. Ainda assim acha que FHC poderá estar bem em 98?

— Não sejamos tão exigentes com FHC. Seu governo tem menos de dois anos. Mas, seja como for, ele ainda tem grande aceitação popular. Queiramos ou não, todos, hoje, no País, têm poder aquisitivo para sua comida, seu estômago! A classe "A" e a classe mais pobre podem comprar as coisas da cesta básica pelo poder aquisitivo da véspera. Isso é muito importante e não havia no Brasil há muitos anos. É um trunfo fortíssimo para um candidato e que dá a FHC sustentação em todas as pesquisas de opinião.

Mas sua exposição deixou transparecer que, por ser conduzida pela tecnocracia atual, a economia é instável...

— Ele (FHC), também não pode ficar só nisso. Tem de criar um Brasil maior. E não se pode pensar em justiça social sem considerar que o mais importante, nesse particular, é dar comida, o que está sendo feito. No Brasil há injustiças flagrantes, inclusive na parte salarial. Somos o país que tem o maior número de faixas salariais do mundo. Uma disparidade! Pessoas que ganham 40, 50 vezes o salário mínimo. Estas injustiças ninguém acaba num dia só. O corporativismo é cada vez maior, ao invés de diminuir. Na hora em que se chamam os interessados para um acerto, mesmo entre os três poderes, há uma dificuldade tremenda de chegar ao entendimento.

A imprensa está complacente demais com o Governo?

— Em alguns casos, sim; outros, não. É que a imprensa só se interessa pelo pior. As coisas boas não são manchete; as ruins têm de ser. E as pessoas que sabem se projetar, aparecem na imprensa. Outros são excelentes, mas não se projetam, não conseguem temas para a imprensa. Na nova geração de jornalista há uma competição no jornalismo investigativo que às vezes leva a erros graves.

Quais serão, afinal, suas prioridades na presidência do Senado?

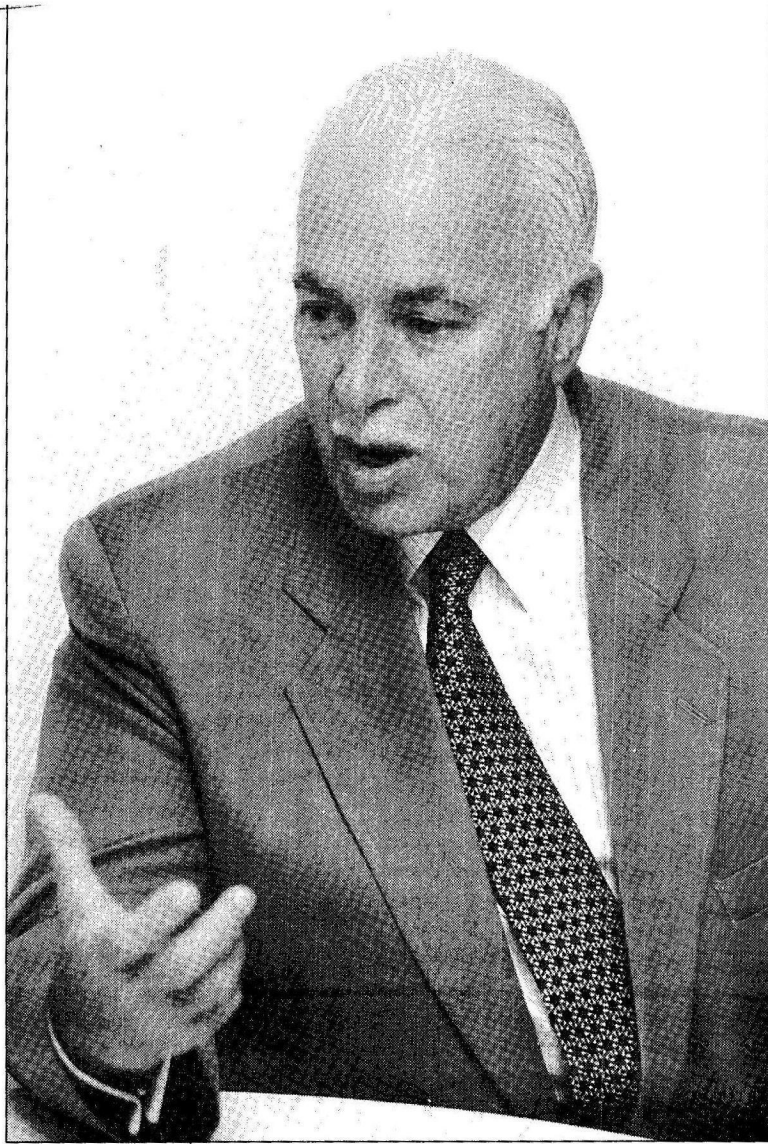
— Se eu quero me eleger, até não deveria contar tantas histórias...

Senador, o governo FHC não está muito Jardim Paulista, com gente demais de São Paulo?

— Não há dúvida que São Paulo é o estado em que estão os maiores valores, pessoas de mérito, que tiveram oportunidades que os outros e nós mesmos não tivemos. Lá está o dinheiro, lá está o poder, lá estão as melhores universidades. Há, realmente, uma prevalência excessiva de São Paulo e isso não é bom para um Brasil desigual.

O NE se sente excluído com isso?

— O Nordeste, o Norte, o Centro-Sul se sentem não apenas excluídos, mas discriminados, pela falta de sensibilidade dessa gente, em relação às demais regiões. Se eles fossem paulistas, mas com sensibilidade para as áreas pobres... Mas não têm. Pelo contrário, têm uma visão punitiva para os estados pobres. Só um homem teve a coragem de pensar alto, mas foi muito criticado, o presidente Geisel, que me disse um dia: "Um Ministro da Fazenda e a área econômica preponderantemente paulistas seriam um crime contra o próprio Brasil!"



do terno e o faro do poder. As duas ante-salas do gabinete de Antônio Carlos Magalhães estavam lotadas de pessoas, quando ele recebeu a equipe de **Se7e Dias**, quinta-feira última, no Senado. Comprimito entre visitantes que apenas queriam vê-lo e gente que lhe fôra pedir favores, ACM comentou: "É sempre assim, até 11 horas da noite." E é mesmo. Suas palavras não tinham, porém, o tom de queixa. Eram ditas com satisfação. Contou aos repórteres que, na véspera, até um importante prelado — cujo nome revelou mas pediu para não ser divulgado — lhe telefonou, solicitando-lhe que fizesse um favor ao Papa (João Paulo II). Depois de contar esse episódio, ACM o minimizou: "Devia ser brincadeira." Aparentemente não era. Na entrevista a Tarcísio Holanda, Sebastião Nery, Célio Azevedo e Rubem Azevedo Lima, ele confessou que "já foi muito mais áspero do que hoje". Criticou a política econômica do Governo, reclamou do excesso de paulistas na equipe do Presidente e fez uma advertência final: o desespero pode levar o povo a aceitar até um regime ditatorial.

Como está a Sudene?

— A Sudene envelheceu. Tem de ser transformada em agência de desenvolvimento, sobretudo financeira. Num BNDES do Nordeste. Com um BNDES, o Nordeste se desenvolveria muito, sem precisar do assistencialismo, do qual, segundo eles proclamam, a região vive. Os subsídios para o Sudeste são muito maiores do que os do Nordeste. De modo que essa política tem de mudar, para ajudar também o Norte e o Centro-Oeste desprezados. O próprio presidente Fernando Henrique reconhece tal fato, mas não toma as medidas indispensáveis para pôr cobro a tal situação.

Por quê?

— É a máquina. É a mentalidade da máquina. Ela pensa que age certo. A coisa mais grave é isso. Eles falam que o Nordeste está crescendo, mas é preciso saber se está crescendo como o Sudeste. Tem de crescer mais do que o Sudeste, para que o fosso entre as duas regiões não se aprofunde.

E a atual crise dos governadores?

— Pode ser dividida em duas partes. A crise é verdadeira, mas também fruto do término da inflação, o que é benéfico. Todo mundo vivia em função da inflação, os bancos, os estados. Mas, quando mudaram as regras do jogo, os estados sofreram. Muita culpa, no entanto, cabe também aos estados, que pagam super-salários, encheram suas máquinas de funcionários, criaram municípios desnecessariamente. Isso tudo pesou na crise.

E o desvio do São Francisco para irrigar o Nordeste. O senhor continua contra?

— Não somos contra. Queremos que a água do São Francisco, numa região que precisa dela, não seja desviada sem maiores estudos técnicos, pois isso pode prejudicar o Nordeste e o próprio País.

Não faltam grandes projetos ao governo FHC?

— Discordo da maneira como foram anunciados alguns. Acho que o Presidente deveria dizer: vou criar grandes projetos. Sem dizer quais. A força política de FHC fez, no entanto, com que ele os anunciasse.

Acha que estamos a salvo de novas interrupções do processo democrático?

— Por algum tempo, estamos. Ninguém tem força para mudar este sistema, por algum tempo. Entretanto, de decepção em decepção, o povo poderia marchar para isso. Eu não acredito. Pois acho que não mesmos, sob o regime democrático, com o que o Senado, a Câmara, enfim o Congresso, vão produzir e estão produzindo. Além disso, há o Executivo, uma grande força com credibilidade. Portanto, entendo que não é fácil interromper o processo democrático. Entretanto, a descrença pode levar o povo a querer rompê-lo. O povo, na sua índole, não tem ainda sentimento democrático pleno. Ele pensa no seu viver. A maneira de viver melhor. Seja ela qual for. E como o povo, vivendo pior, quer qualquer outra forma de vida, pode ir ao desespero e não quer a democracia, o melhor dos regimes. Isto é consagrado no mundo inteiro e terá de ser consagrado no Brasil, como coisa normal, pacífica e indestrutível. Mas precisamos ter cuidado, porque erros sobre erros levam, sem dúvida, ao desespero e o desespero leva ao regime de exceção.